

# Homens de cabedal, economia e as grandes escravarias de Ilhéus-Ba no século XIX (1807-1888)

**Victor Santos Gonçalves**

Doutorando do PPG-História – UFRRJ  
E-mail: victor.goncalves573@gmail.com

Recebido em: 11/01/2019  
Aprovado em: 25/05/2019.

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar um mapeamento das maiores escravarias de Ilhéus no século XIX, ao identificar e analisar as atividades produtivas em que as famílias escravizadas estavam inseridas. Trata-se especialmente de relacionar as zonas produtivas da vila de Ilhéus naquele contexto, focando em suas características ambientais e econômicas articuladas aos padrões de propriedade escrava dos grandes senhores. Tenta-se ainda perceber o tipo de moradia dos escravos correlacionando com o perfil das famílias escravas, suas estratégias de compadrio e de formação de comunidades subalternas na vila/município de Ilhéus no século XIX.

Palavras-chave: Família escrava. Senzalas. Compadrio. Dominação. Sobrevivência.

## *Men of Leather, Economy and the Great “Escravarias” of Ilhéus, Bahia, in 19th Century Brazil*

**Abstract:** The objective of this article is to present a mapping of the largest slaves in Ilhéus in the 19th century, by identifying and analyzing the productive activities in which the enslaved families were inserted. It is especially a matter of relating the productive zones of the village of Ilhéus in that context, focusing on its environmental and economic characteristics linked to the standards of slave ownership of the great masters. It also tries to understand the type of slave housing correlating with the profile of slave families, their strategies of relationship between parents of a child and the godparents and the formation of subordinate communities in the village/municipality of Ilhéus in the nineteenth century.

Keywords: slave family. Slavehouse. Crony. Domination. Survival.

## Introdução

A partir do século XIX, os cacauzeiros produziram os frutos que trariam riqueza, prosperidade, ganância, vida e morte pra Sul da Bahia no amanhecer do século XX. Por conta do cacau, foi criado o Instituto do Cacau da Bahia – ICB, dentre outras “maravilhas”.<sup>1</sup> O cacau trouxe a opulência, mas também a pobreza para o Sul baiano. Trouxe fartura, mas também a escassez (ausência). E é com o sentimento de ausência que abordamos a questão das condições de existência das famílias escravas no Sul da Bahia no século XIX.

O propósito desse artigo é apresentar um mapeamento das maiores escravarias da vila de Ilhéus no século XIX, ao identificar e analisar as atividades produtivas em que as famílias escravizadas estavam inseridas. Importa ainda perceber o tipo de moradia dos escravos e correlacionar com a tipologia das famílias escravas em Ilhéus. Trata-se especialmente de relacionar as zonas produtivas de Ilhéus no século XIX, suas características ambientais e econômicas, com os padrões de propriedade escrava dos grandes senhores.

## 1. A VILA DE SÃO JORGE: HOMENS DE CABEDAL E ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX

Para compreendermos a Ilhéus do século XIX e quem eram os homens de cabedal naquela sociedade precisamos identificar um ponto específico de transformação e estratificação social. Isso ocorreu no início daquele século, com a chegada gradual da família Sá Bittencourt a vila.<sup>2</sup>

Achamos mais prudente apresentar o grupo Sá da seguinte forma: parentes consanguíneos diretos e indiretos. E também aqueles por vínculos ritualísticos de compadrio (político-religioso). Esse grupo foi hegemônico em Ilhéus no século XIX.<sup>3</sup> Inicialmente tentaremos apresentar onde ficava cada propriedade do grupo Sá e de outros senhores que eram seus correligionários.

---

<sup>1</sup> ROCHA, Lurdes Bertol. A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008, p.14.

<sup>2</sup> APB. Lista de matrícula dos Engenhos desta Capitania pelos Dízimos Reaes administrados pela Junta da Real Fazenda. Seção de Arquivo Colonial e Provincial, 603, julho de 1807, p. 2-11 (essa sequência numérica foi organizada segundo critério de imagens).

<sup>3</sup> Ver MAHONY, Mary Ann. *The World cação made: society, politics in history Southern Bahia, Brazil, 1822-1919*. Yale: Dissertacion of the degree of doctor of Philosophy. Yale University, 1996, p.289-298; Idem. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. In: Afro-Ásia: 25-26, Bahia, p.109-110, 2001; Idem. Um passado para justificar o presente; memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira. In: Especiaria, v.10, n.18, p.739-741, 2007; RIBEIRO, André Luiz Rosa. *In Memoriam: urbanismo, literatura e morte*. Ilhéus-BA: Editus, 2017, p.29-48.

Por volta de 1807, os Sá e seus aliados já possuíam propriedades que teriam destaque ao longo do século XIX. No começo daquele século, os membros da família Sá e outros correligionários já possuíam propriedades entre as principais bacias hidrográficas da região. Como a posse do engenho Esperança pelo tenente-coronel Egídio Luis de Sá que ficava entre as proximidades da sesmaria Victoria na bacia do rio Cachoeira, sendo também relativamente acessível ao engenho de Santana. Ao passo que os engenhos Itaype de Christiano Manoel de Sá e o Santo Antonio da Ribeira das Pedras de Fortunato Pereira Gallo estavam localizados na área norte da vila dos Ilhéus, na bacia do rio Almada (Quadro 1, p.03).

Quadro 1 - Engenhos da vila e freguesia de São Jorge dos Ilhéus, 1807	
Nome	Localização
Santa Anna dos Ilhéus	Distante do porto de embarque seis legoas da possessão ou Administração de Manoel Duarte Silva
Victoria	Engenho situado no termo da villa dos Ilhéus, distante do Porto mar 4 legoas, do possessorio de João Dias Ferreira Guimarães
União	Situado na freguesia de São Jorge dos Ilhéus, distante do Porto Embarque oito para nove legoas, do possessorio de Eusebio Marques do Amaral
S. Antonio do Juramento	Situado no termo da villa [...] Distante do porto do mar cinco legoas possessorio de Luis Antonio de Azevedo
Burenhen	Situado no distrito de Itaype termo da villa [...] Distante do Porto de embarque 10 legoas, do possessorio do Dr. Antonio de Aguiar e Silva
Esperança	Situado na villa dos Ilheos distante do porto d' embarque uma legoa do possessorio do Tenente Coronel Egídio Luis de Sá
Santo Antonio	Situado na villa dos Ilheos distante do porto d' embarque dez legoas do possessorio de Fortunato Pereira Gallo
Conceição	Situado na villa dos Ilheos distante do porto d' embarque duas legoas do possessorio de Manuel Pereira da Silva
Itaype	Situado no 2º Distrito de Ilheos distante do porto d'embarque duas legoas do possessorio de Christiano Manoel de Sá

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APB), Seção de arquivo colonial e provincial, nº632. Matrícula dos Engenhos desta Capitania pelos Dízimos Reaes administrados pela Junta da Real Fazenda de Julho de 1807. Digitalizada (d.), 02-11.

Entretanto, sugerimos que até as primeiras décadas do século XIX, os Sá não eram hegemônicos naquela vila. Por que havia senhores anteriores e até mesmo outros que chegaram também início do século XIX e passaram a ocupar o mesmo espaço sociopolítico dos Sá. Portanto, o período entre a passagem do século XVIII e alvorada do século XIX precisa ser analisado historicamente. Queremos sugerir apenas que é muito cedo para determinar que os Sá tenham sido hegemônicos no início da sua chegada a Ilhéus. Essa relativização sobre a hegemonia Sá decorre da existência de outros homens de cabedal já estabelecidos na região e que eram anteriores aos Sá. Podemos citar dentre esses homens de cabedal os herdeiros de coronel Pascoal de Figueiredo em meados do século XVIII. E José Francisco Martins que nos idos de 1815 tinha a intenção de investir no ramo açucareiro no rio Itaípe.<sup>4</sup>

Consoante Marcelo Henrique Dias, a configuração do perfil fundiário na região de Ilhéus no início do século XIX apresentou pequenas datas de terras se comparando com a zona norte da comarca de Ilhéus. Essas datas de terras apresentavam uma média de 200 braças.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Essa foi a primeira zona produtiva da freguesia de Ilhéus a se desenvolver do período colonial até as primeiras década do século XIX. Apresentava maior número de unidades produtivas, ainda que durante o período colonial e início do século XIX, Ilhéus demonstrasse menores índices produtivos que vilas como Barra do Rio de Contas e Barcelos. DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagem da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. (Tese de Doutorado), 435 p.. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007, p.368-374.

<sup>5</sup> Idem, p.375-376.

Poucas datas de terras na vila de Ilhéus ultrapassavam essas medidas. No seleto grupo das grandes datas de terras estavam as sesmarias concedidas no início do século XIX a homens de cabedal como o desembargador Antonio Garcez Pinto de Madureira no Itaípe. As datas de terras de Antonio Madureira ficavam provavelmente nas adjacências de Castelo Novo e da lagoa do Almada medindo 1 légua em quadra. Havia também outras grandes datas de terras pertencentes a senhores como Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Antonio Pereira Arouca no rio Cachoeira.<sup>6</sup>

Portanto, evitamos a narrativa da consagração da hegemônica dos Sá na vila de Ilhéus no início do século XIX. No geral, classificamos como grandes senhores ao longo do XIX, os homens e mulheres de cabedal que possuíam terras com benfeitorias, grandes dívidas ativas, *status*, muitas plantações de cacau e grandes escravarias. A noção de grande escravaria deve ser contextualizada em dois momentos temporais distintos. Queremos apresentar que uma grande escravaria na vila de Ilhéus nas primeiras décadas do século XIX era composta por senzalas de 10 a 30 escravos. Enquanto que a partir da década de 1840 e 1850 ocorre uma reconfiguração dos tamanhos das escravarias. Esse foi o período de expansão das estruturas de posse escrava na região. Principalmente com a chegada de senhores como Ferdinand Steiger que teve inicialmente na sua administração da sesmaria Vitória cerca de 120 escravos.

Para apresentar os homens de cabedal de Ilhéus ao longo do século XIX, recorreremos ao Livro de matrículas de engenhos de 1807 e aos inventários *post-mortem* de Ilhéus em uma série de 1810-1887. Por meio da análise dessas fontes foi possível ponderarmos que os Sá e seus aliados tornaram-se hegemônicos a partir de 1840 na vila de Ilhéus.

Por que foi nesse período que localizamos maior número de engenhos pertencentes à família Sá. Foi nesse contexto que os engenhos de Ilhéus passaram gradativamente a serem descritos como serrarias e fazendas (Quadro 2, p.5). Todavia no decorrer da segunda metade do século XIX todas as antigas serrarias e engenhos passaram a ser denominadas como fazendas. No final do século XIX, o termo **fazenda** de cacau tornou-se predominante nas fontes consultadas, marcando a transformação produtiva de uma vila que produzia algum açúcar e canadas de aguardente e outras policulturas até meados 1870. Para se tornar nas 03 décadas

---

<sup>6</sup> Idem, p.378.

finais do século XIX, uma região extremamente voltada para o mercado, com a expansão da lavoura do cacau.<sup>7</sup>

Quadro 2 - Grandes senhores de Ilhéus no século XIX			
Nome do senhor	Engenho/Serraria/Fazenda	Ano do inventário	Localização
Guilherme Frederico de Sá	Lençoes	1838	Não identificado
Joaquina Jorge Arouca	Jacaricica	1847	Rio Cachoeira
Chistiano Alexandre Homem d' El Rei e Manoel Ascencio Homem d' El Rei	Castelo Novo	1861	Castelo Novo - Rio Almada
José Pascoal Gonçalves de Paiva	Fazendas	1877	vila na rua que de S. Sebastião que vai para o Colégio Outra fazenda de cacau em lugar chamado Louro
Christiano Manoel de Sá	Itaype	1879	Almada/Duas léguas do porto da vila de Ilhéus.
Pedro Cerqueira Lima	Almada	Não identificado	Lagoa Itaípe
Egídio Luís de Sá	Esperança	1881	Proximidades do rio Cachoeira relativamente nas adjacências da sesmaria Victória.
Fernando von Steiger-Mussinger	Victória	1887	Rio Cachoeira
Manuel e Fortunato Pereira Gallo	Santo Antônio da Ribeira da Pedras e as fazendas: Ponta Grossa e Madeira	1878	Almada Almada até a lagoa Itaípe

Fonte: APB: Série Judiciário. Inventários *post-mortem* da vila de São Jorge dos Ilhéus (1811-1887). Banco de dados CEDOC/UESC.

As maiores riquezas desses grandes senhores de Ilhéus eram, principalmente terras produtivas, com benfeitorias de cana, café e pés de cacau e escravos. Os plantéis desses senhores variaram ao longo do século XIX. Mas isso é mais sensível, a partir de 1871 com a intervenção direta do Estado Imperial nos domínios senhoriais. Afinal naquele contexto, os debates parlamentares apontavam as tensões políticas que estavam em sintonia com a legitimidade/ilegitimidade da escravidão e liberdade, decorridas por meio do impacto da Lei do Ventre Livre, agravando-se com os projetos Dantas e Saraiva que resultaram na Lei dos Sexagenários. Foi esse momento de grande disputa pela mão de obra na vila de Ilhéus. Um embate entre experiências da escravidão e liberdade, tornando a justiça numa arena de disputa entre escravos e senhores.<sup>8</sup>

Não obstante, as escravarias dos homens de cabedal de Ilhéus apesar da crescente amplitude do mercado permaneceram relativamente estáveis durante o século XIX.<sup>9</sup> De acordo

<sup>7</sup> Center for Research Libraries – Global Resources Network. Provincial Presidential Reports. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Bahia pelo excellentíssimo presidente da província, o commendador Manoel de Pinto de Souza Dantas no dia 1 de março de 1866, Anexos n.08, p.01-02. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acessado: 10/05/2019.

<sup>8</sup> CHALHOUN, Sidney, SILVA, Fernando Teixeira. “Sujeitos no imaginário acadêmico escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. In: CHALHOUN, Sidney, SILVA, Fernando Teixeira (org.). *Trabalhadores, Leis e Direitos*. Cadernos AEL, 2009, p.24; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p.22-28; POPINIGIS, Fabiane. Maria Mina e as disputas de pelo mercado de trabalho em Desterro, no século XIX. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.7, 1, p.121-130, 2013.

<sup>9</sup> Essas informações foram extraídas dos inventários *post-mortem* de Ilhéus (1813-1887) e comparadas com o alto nível de alforrias de Ilhéus ao longo do século XIX. Sobre esse assunto reconheço a ajuda e orientações das docentes: Maria de Fátima Novaes Pires, Edinélia Maria Oliveira Souza e Sharyze Piroupo do Amaral. Consideramos essas possibilidades por compreender que tudo que selecionamos e apresentamos foram apenas amostras de potenciais tendências sobre o perfil das escravarias de Ilhéus no século XIX. Seção Judiciária. Autos de inventários de São Jorge dos Ilhéus, 1813-1887. Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus, 1810-1848. Cartas de liberdade. Seção Judiciária, Cópia de microfilmes digitalizados, CEDOC/UESC.

com Manolo Florentino e José R. Góes foi predominante a estabilidade das famílias escravas nos grandes plantéis do Rio de Janeiro até após a morte de seus senhores, entre 1790-1835. Pequeno foi o percentual de famílias escravas que foram separadas, principalmente famílias cativas crioulas.<sup>10</sup> Naquele contexto as famílias nucleares e matrifocais foram constituídas tanto por meio de casamentos oficiais, quanto por meio de “arranjos” consensuais.<sup>11</sup> Para os autores, mesmo quando havia na partilha entre herdeiros a separação dos cativos era parcial, não desestruturando por completo a comunidade escrava.<sup>12</sup>

Para Ilhéus, ainda faltam investigações sobre as partilhas escravas do século XIX para sugerir tendências gerais sobre o assunto com maior expressividade. Sabemos que os senhores primaram por estratégias de formação de alianças políticas que envolviam o entrelaçamento das suas terras e envolveram seus escravos.

Na primeira metade do século desembarcaram no Brasil mais de 2 milhões africanos por meio do tráfico transatlântico. Mas, a partir de 1831 as leis e pressões para findar o tráfico transatlântico começaram a surtir efeito no parlamento do imperial. Sendo gradativamente levada a sério pelos traficantes de escravos baianos que nas duas décadas seguintes foram continuamente perseguidos pelos cruzadores ingleses. Enquanto isso, o governo imperial barganhava a manutenção do tráfico transatlântico com os britânicos e os embarques e desembarques se avolumavam nos portos da Bahia e Rio de Janeiro, principalmente na década de 1840. Mesmo com grandes impulsos de desembarque de escravos na Bahia naquele contexto, o tráfico atlântico de escravos chegou ao fim com o decreto da Lei Eusébio de Queirós de 1850.<sup>13</sup>

Dáí em diante o tráfico enfraqueceu diretamente, restando poucos desembarques aleatórios em partes discretas da costa brasileira como no caso de Ilhéus que recebeu escravos clandestinamente até 1857.<sup>14</sup> Mediante essa nova configuração de fim do tráfico de escravos, os

---

Seção Judiciária. Livros de Notas do Tabelionato de São Jorge dos Ilhéus, 1850-1887. Cartas de liberdade. Ver Banco de dados alforrias Microsoft Access 2010, projeto coordenado pelo docente Marcelo Henrique Dias no CEDOC/UESC.

<sup>10</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro (1790-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.116-121.

<sup>11</sup> Idem, p.118-119.

<sup>12</sup> Idem, p.124-125.

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.35-43; SANTOS, Flávio Gonçalves. *Economia e cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850/1937*. Ilhéus, BA: Editus, 2013, p.35-37.

<sup>14</sup> MAHONY, Mary Ann. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia: 25-26*, Bahia, p.103-105, 2001.

grandes senhores de Ilhéus organizaram-se para continuar com suas escravarias através de novas estratégias como a reprodução endógena.

De modo que na vila de Ilhéus, a partir da segunda metade do século XIX houve um investimento declarado por alguns dos grandes senhores em políticas de reprodução natural das suas escravarias.<sup>15</sup> A tentativa era de ampliação ou manutenção do uso da mão de obra escrava e indígena na região.<sup>16</sup> Essa política senhorial gerou condições para estabilidade e alargamento intergeracional das famílias escravas, por meio de políticas de premiações e alforrias. Geralmente, as alforrias eram utilizadas pelos senhores de Ilhéus para dividir hierarquicamente os libertos dos escravos. Mas, essa política foi apropriada pelos escravos e libertos com outro viés, pois ambos passaram a construir as pré-condições para sólidas comunidades.<sup>17</sup> Por que todo liberto era o resultado de um investimento coletivo sempre organizado pelas famílias escravas. Essas últimas sempre contavam com parte dos seus membros na escravidão, mas já havia gerações cheias de experiências libertas.

Quadro 3 - Senhores de grandes escravarias de Ilhéus no século XIX			
Ano do inventário	Senhor/Dona	Número de Escravos	Atividades Produtivas
1838	Guilherme Frederico de Sá	21	Não identificado
1847	Joaquina Jorge Arouca	13	Engenho de açúcar, plantação de cana, criação de gado (17), ovelhas (8), cacau,
1861	Christiano Alexandre Homem d' El Rei e Manoel Ascencia Homem d' El Rei	52	Engenho de açúcar, plantações de cana, mandioca, Serraria, criação de gado (20) e carneiros (42)
1877	José Pascoal de Paiva	23	Engenho de açúcar, pastos, criação de gado, cacau, plantação de mandioca, cana de açúcar, aguardente, café
1878	Manuel e Fortunato Pereira Gallo	60	Criação de gado (80 cabeças), plantações de cacau, café e mandioca
1879	Christiano Manoel de Sá	36	Serraria, engenho de açúcar, extração de cocos, dende, piaçava, plantação de mandioca
Não informado	Pedro Cerqueira Lima	35	Engenho de açúcar, cana, serraria, cacau, gado (20), burros (18)
1881	Egídio Luís de Sá	71	Plantações de café, cacau e mandioca
1887	Ferdinand von Steiger-Mussinger	131	Engenho de açúcar, plantações de cana, café, cacau, extração de piaçava

Fonte: APB: Serie Judiciário. Inventários *post-mortem* da vila de São Jorge dos Ilhéus (1811-1887). Banco de dados CEDOC/UESC;

Fundo Tesouraria: Livro n. (7008) "Classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação, 1874-1886". d. 01-25;

CDL. Registro dos nascimentos dos filhos d' escravos que tiveram ocorrido de 28 de setembro de 1871, em diante, conforme a lei daquela data (1875-1887).

No Quadro 3 apresentamos os grandes senhores de escravos ao longo do século XIX. Compreendemos que a concentração de posse escrava e de poder a vila de Ilhéus foi bastante entre a primeira e a segunda metade do século XIX. Podemos sugerir que na primeira metade do século XIX, donos de escravos como Guilherme de Sá dono da fazenda “Lenções” e a Dona Joaquina Arouca proprietária do engenho Jacaricica eram considerados grandes senhores. Principalmente, o senhor Guilherme que pertencia à família Sá que provavelmente tinha sua

<sup>15</sup> Para uma compreensão mais refinada desse assunto ver MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.259-295; HABSBURGO, Maximiliano. *Mato virgem. Ilhéus, BA: Editus, 2010, p.151.*

<sup>16</sup> MAHONY, Mary Ann. *Mulher, família e estatuto social no sul da Bahia: entre a escravidão e a liberdade*. In LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton C.; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr: *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX, XX): Novas análises e perspectivas*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015, p.296-309. SILVA, Ayalla Oliveira. *Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Guerens e Patoxós no Sul da Bahia. Ilhéus-BA: Editus, 2017, p.170-182.*

<sup>17</sup> APB. Seção Judiciária. Autos de inventários *post-mortem* de São Jorge dos Ilhéus, 1813-1887.

escravaria originada da divisão dos escravos do engenho de Santana. A divisão da escravaria do engenho de Santana ocorreu após a permuta dos Sá com Felisberto Caldeira Brant, por volta de 1834.<sup>18</sup>

Entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a vila de Ilhéus era produtora de farinha de mandioca, cana em pequenos engenhos de açúcar, aguardente e outras policulturas. A única exceção era o engenho de Santana com mais de 200 escravos e com uma produção de açúcar acima dos padrões da vila de Ilhéus. Nessa amostragem apenas os irmãos Gallo e Egídio de Sá não se dedicavam mais a produção de açúcar. Mas, vale lembrar que no início do século esses senhores estiveram envolvidos na produção de açúcar e aguardente porque, ambos, aparecem como donos de engenhos de Ilhéus na lista de matrícula de 1807.<sup>19</sup>

Todavia, apenas no decorrer da primeira metade do século foi que o cacau passou a ser testado como lavoura promissora, junto ao café e algodão na comarca de Ilhéus. Concomitante a essas atividades havia as atividades extrativistas como a piaçava e de madeiras de lei. Essa última foi uma das principais atividades econômicas da capitania de Ilhéus durante todo o período colonial e permaneceu ativa no sul daquela comarca durante o século XIX.<sup>20</sup>

Portanto apresentamos os senhores Guilherme de Sá e Maria Joaquina Arouca para apontar o perfil médio dos grandes senhores de Ilhéus no início do século XIX. Utilizamos esses dois senhores para demonstrar as transformações nas estruturas de posse e administração escrava nas quatro primeiras décadas do século XIX.

A partir de 1840, a configuração das grandes escravarias de Ilhéus foi modificada. Os grandes senhores como os Sá investiram em escravarias maiores com uma média de 30 escravos. E ao longo das décadas esses escravos e seus filhos eram utilizados nas diversas fazendas pertencentes aquele clã. Além disso, foi nesse período que os Sá passaram a montar suas estratégias de reprodução da escravaria para ampliação da mão de obra nas suas propriedades. O auge desse processo ocorreu a partir da extinção do tráfico transatlântico quando o clã atuou no junto aos senhores do Recôncavo baiano no esquema do comércio

---

<sup>18</sup> MAHONY, Mary Ann. Em busca de Mejjã e sua família: um diálogo entre a oralidade e a documentação escrita. MARCIS, Teresinha. O engenho de Santana: uma reconstrução histórica. In: Mejjã e o contexto da escravidão. Ilhéus, Editus, 2012, p.105-112; p. 322.

<sup>19</sup> Fonte: APB. Seção de arquivo colonial e provincial, nº632. Matrícula dos Engenhos desta Capitania, 1807, d.02-11.

<sup>20</sup> CARRARA, Ângelo Alves; DIAS, Marcelo Henrique (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007, p.59-77.

clandestino de africanos. Esses investimentos ilícitos duraram até o final da década de 1850 e contribuindo para o crescimento das escravarias.

Nesse contexto as escravarias dos grandes senhores dobraram de tamanho, tanto com a chegada de algumas centenas de africanos, quanto pelo o crescente número de filhos de escravas que nasceram nesse contexto.

Devemos compreender a ampliação da mão de obra em Ilhéus atrelada as necessidades de ampliação das suas forças produtivas de víveres e aguardente para cacau, açúcar e café. Não obstante, não é prudente pensar que a vila de Ilhéus reestruturou todas suas atividades produtivas de forma abrupta. Por que as atividades de víveres continuaram a existir em conjunto com o extrativismo, mas os produtos de exportação para o mercado europeu ganharam destaque gradualmente ao longo da segunda metade do século XIX.

Henrique J. B. Lyra aponta que naquele contexto o governo provincial investiu na formação de colônias agrícolas estrangeiras e nacionais no sul da Bahia. Segundo Lyra, essas colônias criadas por volta da década de 1850 a 1870 atenderiam a demandas específicas da província. A primeira função era a de ampliar da produção de víveres para consumo intervilas do sul da Bahia e de abastecimento a Salvador. A segunda era de expandir a fronteira sul dando continuidade ao projeto da estrada para Minas Gerais. E a última era de fomentar uma nova mão de obra estrangeira e de livres pobres nacionais que pudessem substituir os escravos nas lavouras do sul da Bahia, principalmente o cacau. <sup>21</sup>

O autor sugere por meio de dados demográficos que o alto índice de livres na província da Bahia já colocava em evidência a decadência a escravidão. Isso teria contribuído para que o governo provincial baiano promovesse políticas de distribuição de migrantes e imigrantes para o sul da província. Zona que até então era uma área pouco povoada e com potencialidade de expansão produtiva. Consoante Lyra, no final da década de 1870 essas colônias já tinham sido extintas e algumas estavam em decadência.<sup>22</sup>

De modo que a policultura e o extrativismo foram marcas importantes da economia da vila Ilhéus até a década de 1870. A partir da década de 1870, o cacau e a cana de açúcar disputaram chão a chão o lugar de principal lavoura da região. Mas foi apenas na década de

---

<sup>21</sup> LYRA, Henrique J. B. A “crise” de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850-1889. In: CARRARA, Ângelo Alves; DIAS, Marcelo Henrique (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007, p. 235-2244; 250-282.

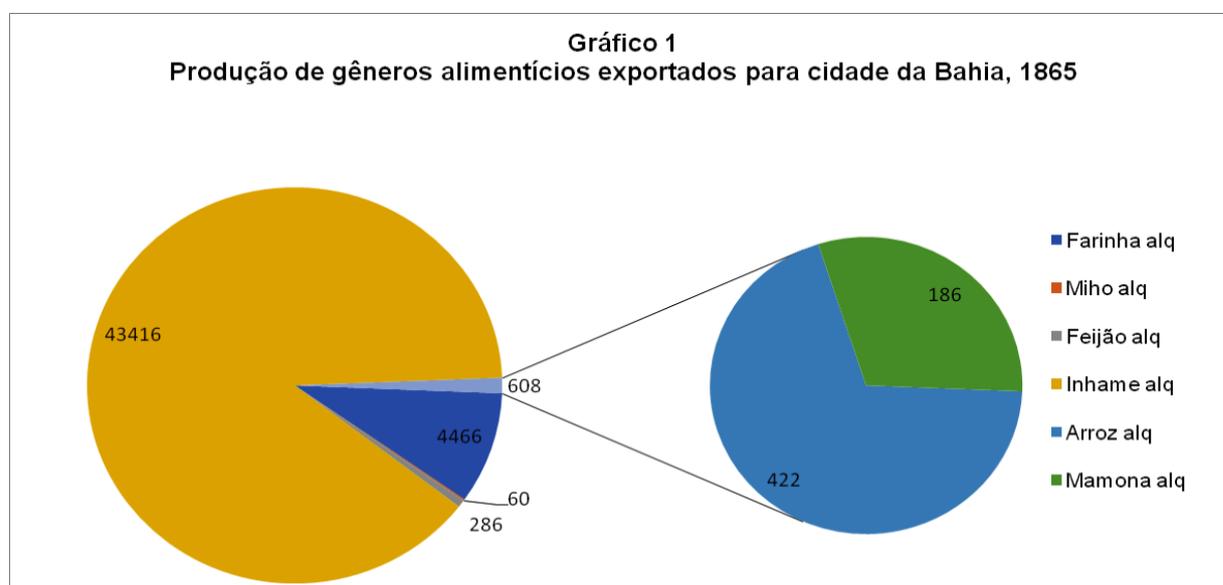
<sup>22</sup> Idem, p.245-247; 272-304.

1890 que o cacau se tornou o principal investimento agrícola do município de Ilhéus envolvendo diversos segmentos sociais.<sup>23</sup>

## 2. FAMÍLIA ESCRAVA E ECONOMIA NA VILA DE ILHÉUS NO SÉCULO XIX

Havia na vila de Ilhéus da primeira metade do século XIX alguns engenhos de açúcar e alambiques nos quais os escravos e homens livres pobres desenvolviam atividades ligadas a terra. Referimo-nos ao plantio de cana, mandioca, arroz, café, tabaco, cacau, algodão, feijão. Existia ainda dentro dessa policultura, a lavoura de subsistência coadunando para comercialização de excedentes e *comodities* na cidade de Salvador. Mas uma parcela dessa produção era consumida no mercado local, interligando a produção de Ilhéus com feiras de vilas e freguesias adjacentes.

Analisando a produção de gênero de subsistência e sua exportação pela comarca de Ilhéus no século XIX percebemos pela amostragem do Gráfico 1 a continuidade da produção de farinha e a importância da produção de inhame. A nossa intenção aqui é apresentar as principais atividades desenvolvidas pelas famílias negras do sul da Bahia, tanto escravas, quanto libertas e livres.



Fonte: Center for Research Libraries – Global Resources Network. Provincial Presidential Reports. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Bahia pelo excellentíssimo presidente da província, o commendador Manoel de Pinto de Souza Dantas no dia 1 de março de 1866, Anexos n.08, p.01. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu>. Acessado: 10/05/2019.

<sup>23</sup> No ano de 1881 devido aos resultados econômicos proveitosos do cacau a vila de São Jorge dos Ilhéus foi elevada a categoria de cidade. RIBEIRO, André Luiz Rosa. *In memorian: urbanismo, literatura e morte. Ilhéus, BA*, Editus, 2017, p.67.

Consoante Fernanda A. da Silva, os escravos da vila de Ilhéus na primeira metade do século XVIII pagavam por suas cartas de liberdade por meio do cultivo de suas roças. A autora enfatiza a possibilidade de a brecha camponesa ter sido um recurso acessível aos escravos daquela vila e que as ações coletivas contribuíram para o “cultivo” da liberdade. Naquele contexto, as cartas de liberdade de Ilhéus foram predominantemente de forma onerosa. Os escravos pagaram por suas alforrias e das suas famílias, por meio de suas lavouras de subsistência, do paternalismo senhorial, das redes de proteção e sociabilidade como o compadrio.<sup>24</sup>

Esse costume perdurou no século XIX, ou seja, a maioria das famílias escravas, libertas e livres pobres continuou se dedicando a ocupações de lavoura na vila de Ilhéus. As famílias escravas das grandes escravarias de Ilhéus ainda trabalhavam nas lavouras de subsistência, especialmente por meio da economia interna (brecha camponesa). Essas famílias cultivavam mandioca para produção de farinha e outros gêneros (hortas, por exemplo) alimentícios para consumo próprio e vendiam os excedentes nos nas feiras da vila e nos mercados adjacentes.<sup>25</sup>

Em suas pequenas roças o foco maior era a produção de inhame e mandioca, milho, feijão, arroz. Essas mercadorias eram levadas para vilas e freguesias próximas por meio de canoas e pequenas embarcações. Assim, muitos escravos da vila de Ilhéus conseguiam honrar seus empréstimos financeiros a comerciantes como Joaquim José da Costa Seabra por meio das colheitas de suas roças. Por que o direito ao pecúlio antecedeu a Lei de 1871, sendo adquirido ao longo do período do Brasil colonial pelos escravos através do costume.<sup>26</sup>

Por volta de 1865, a vila de Ilhéus era uma grande produtora de inhame tendo produzido naquele ano 43.416 alqueires correspondendo a 89% dos gêneros alimentícios produzidos na vila. A farinha foi o segundo item mais importante com a representação de 9% daquela produção na amostragem do Gráfico 1 (p.10). O valor total acumulado na produção de inhame foi alçado em 8:683\$200 e a de farinha 6:252\$400.

---

<sup>24</sup> SILVA, Fernanda Amorim da. Cultivando a liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710-1758). In: CARRARA, Ângelo Alves; DIAS, Marcelo Henrique (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007, p.132-158.

<sup>25</sup> WATKINS; Case; VOEKS, Robert. A Mata Transatlântica: Afrodescendentes e transformações socioecológica no litoral da Bahia. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (orgs.). *Metamorfoses florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica brasileira (no prelo)*. 2016.p.159-160.

<sup>26</sup> POPINIGIS, 2013, p.120-122; SANTOS, Zidelmar Alves. Negócios e clientela: a trajetória de um comerciante da Ilhéus oitocentista. *Veredas da História*, [online], v.11, n.1, p.325-336, 2018.

Isso explica, em parte, a origem do pecúlio amealhado a duras penas por muitas famílias escravas durante a vida para livrar seus membros do estigma da escravidão.<sup>27</sup> A formação do pecúlio alcançado pelas famílias escravas por meio de roças próprias, sobretudo em terrenos pertencentes aos seus senhores, inseriu gradativamente os subalternos na economia de víveres e de exportação. Por que muitos escravos, libertos e livres pobres tinham acesso “potencialmente certo” no comércio de gêneros alimentícios e até mesmo de cacau. É importante ponderar que isso deveria, por vezes, compor uma negociação envolvendo as famílias escravas e seus senhores, provavelmente dividindo parte das produções entre ambos.<sup>28</sup>

Nas roças ainda era comum à produção de hortas por escravos e libertos, servindo sustento adicional na Bahia colonial.<sup>29</sup> No tempo de “folga”, as famílias escravas de Ilhéus no século XIX ainda caçavam, pescavam e coletavam frutas. Havia fazendas e roças de mandioca, relativamente próximas da costa, lugares onde escravos e libertos (jornaleiros) apanhavam caranguejos, ostras, camarões, dentre outros mariscos.<sup>30</sup> Os escravos naquela região revezavam as atividades de lavoura com a pescaria, além de extrair recursos dos manguezais. Para as famílias escravas do sul da Bahia colonial, o mangue foi e ainda se constitui lugar de refúgio e de sobrevivência.

Por outro lado, não podemos descartar a atividade pesqueira em Ilhéus. Muitos escravos, libertos e livres pobres eram pescadores que se organizavam em diversos níveis de especialização. Eles desdobravam seus afazeres de lavoura com atividades suplementares de pesca. E certamente dominavam estilos de pesca variados. Havia entre os escravos, libertos e livres pobres pescadores de camarões, pitus, e peixes de água doce e do mar. Além de grandes catadores de caranguejos, os “caranguejeiros”, sendo eles também pescadores de siris, entre outros frutos do mar.<sup>31</sup>

Havia ainda uma seleta parte daquelas escravarias que ao longo do século XIX se dedicaram as atividades domésticas. Havia escravas e libertas cozinheiras, lavadeiras, do serviço de casa, costureiras. Outros escravos apresentavam outras ocupações especializadas

---

<sup>27</sup> PIRES, Fátima Novaes Pires. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p.82-83.

<sup>28</sup> SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.67.

<sup>29</sup> Idem, p.122; WATKINS; VOEKS, 2016, p.157.

<sup>30</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das Letras, 1989, p.123-124.

<sup>31</sup> WATKINS; VOEKS, 2016, p.157-158; BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.93.

como: ferreiros, marinheiros, vaqueiros, pedreiros e até “guarda-costas”.<sup>32</sup> Por exemplo, a família de Ferdinand Steiger chegou a ter 10 escravos que desenvolviam ocupações domésticas na sesmaria Vitória.

Os escravos da casa não trabalham no campo e constituem um tipo de classe privilegiada. A maioria provavelmente permaneceu no serviço (referência ao fim da escravidão). As mulheres são habilidosas nas artes de bordados que são conhecidas e apreciadas em Paris como trabalho dos negros.<sup>33</sup>

No geral, esses cativos deviam realizar diversas atividades diárias, não apenas aquelas referentes à sua ocupação declarada. A maioria das famílias escravas de Ilhéus foi declarada como de “ocupação de lavoura” e “domésticas”.<sup>34</sup> Portanto, era sempre possível a esses do eito uma gama maior de tarefas a cumprir durante o dia. Ora trabalhando nas plantações de cana, café, cacau ou mandioca, nos engenhos de açúcar, alambiques, descaroçando café, mexendo cacau nos balcões, ordenhando ovelhas, cuidando do gado, conduzindo tropa de burro; ora na casa de farinha.

Do início do século XIX até 1870, as serrarias também tiveram seu lugar na economia de Ilhéus. Essas atividades eram desenvolvidas principalmente pelos grandes senhores, grupos indígenas e alguns escravos. Naquele contexto, a vila de Ilhéus enviava a Salvador madeiras de lei (sobretudo jacarandá e vinhático).<sup>35</sup> Mas, em suma, os escravos de Ilhéus se dedicaram principalmente as atividades de lavoura como plantar cacau.

## 2.1 O *THEOBROMA CACAO*

O cacau apreciado em várias partes do mundo, já foi um alimento sagrado dos deuses e sacerdotes na América entre Maias e Astecas. Chegou a Europa por meio dos espanhóis que passaram a utilizar o fruto e suas amêndoas com fins comerciais. No Brasil colonial o cacau era uma árvore nativa da região do Grã-Pará, Tocantis e Amazonas. Esse fruto já era cultivado por

---

<sup>32</sup> APB. Seção Judiciária. Autos de inventários de São Jorge dos Ilhéus, 1813-1887.

<sup>33</sup> Fonte: Biografia de Fernando Steiger redigida pelo seu irmão Albert, traduzida em português por André Paiva de Figueiredo (descende de uma bisneta de Steiger). Segunda-feira, Agosto, 2016, p.27. Disponível em: [http://ferdinandvsteiger.blogspot.com.br/2016/08/blog-post\\_1.html](http://ferdinandvsteiger.blogspot.com.br/2016/08/blog-post_1.html)

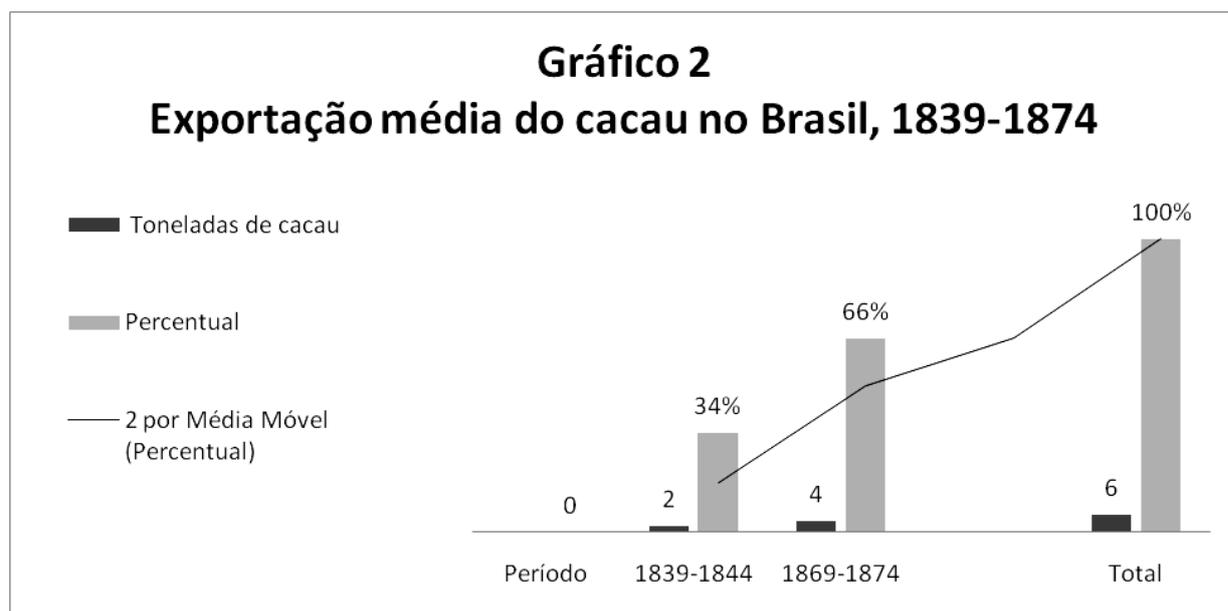
<sup>34</sup> FONTANA, Josep. Introdução ao estudo da história geral. São Paulo. EDUSC, 2000, p.180-182.

<sup>35</sup> Entre 1865-1866, a vila de Ilhéus enviou para cidade da Bahia (Salvador) remessas de diversas madeiras de lei e outros produtos. Dentre essas madeiras de lei constavam jacarandá (59 dúzias e 7 “páos”), cedro (46 dúzias e 5 “páos”), taboado em louro (27 dúzias), vinhático (6 dúzias e 5 “páos”). Importa afirmar que os maiores valores foram avultados pelas remessas de jacarandá (11:916\$66) e cedro (08:355\$000). Fonte: Relatório do presidente da província da Bahia, Manoel Pinto de Souza Dantas, 1866, p.1-2.

colonos e jesuítas em meados do século XVII. Desde 1680, o governo português já concedia premiações e privilégios aos que se dedicassem a essa lavoura.

Mas, apenas no final do século XVIII foi incentivada sua produção em outras áreas da colônia portuguesa. Essa política de investimentos em novas culturas foi promovida durante administração pombalina.<sup>36</sup> Não obstante, durante todo o período colonial o cacau não ultrapassou a cifra de 3.500.000 libras, sempre apresentando um baixo valor mercantil. O cacau apresentava nesse contexto resultados comerciais menos expressivos que outros produtos como arroz que era de 4.500.000£, café 4.000.000£ e algodão que chegava a 12.000.000 libras.<sup>37</sup>

Além de ser pequena a produção do cacau no Brasil colonial ela também era restrita apenas a algumas zonas produtivas. Portanto, até meados do século XIX, a maior parte do cacau produzido no Brasil Império era fornecida e exportada pelo vale do Amazonas, Pará e do Tocantins. Mas, foi nesse período que essa cultura começou a ganhar relevância nas províncias do Ceará e na Bahia. Entre os anos de 1839-1874 sua exportação foi crescendo gradativamente (Gráfico 2, p.12).



Fonte: Império do Brasil na exposição universal de 1876 em Philadelphia, p.478. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242450>

<sup>36</sup> SIMONSE, Roberto C. História econômica do Brasil: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p.476-477.

<sup>37</sup> Idem, p. 476-487.

Ao final da década de 1830, a vila de Ilhéus começou a enviar remessas de cacau para cidade da Bahia.<sup>38</sup> Ao longo dos 35 anos seguintes a produção de cacau dobrou nas províncias da Bahia e do Ceará, crescendo sua demanda e valor de mercado. Na segunda metade do século XIX, o cacau foi o produto de exportação que mais ganhou destaque econômico na região de Ilhéus. Mas esse resultado econômico só atingiu níveis absolutos nas últimas décadas da escravidão.<sup>39</sup>

Em linhas gerais, o Gráfico 2 aponta a evolução da produção do cacau em toneladas no Brasil Império. Tentamos com esse gráfico demonstrar que a produção de cacau no Brasil dobrou seu índice de exportação entre 1839-1874, tendo em vista a contribuição da vila de Ilhéus. A demanda europeia por amêndoas de cacau incentivou a entrada e permanência de Ilhéus no meio das grandes áreas produtivas do Brasil Império. Essa conjuntura foi crucial para estruturação da lavoura do cacau e seu **crescimento** no sul da Bahia.<sup>40</sup>

Foi a partir dessa época que as boas safras do cacau de Ilhéus começaram a ganhar espaço na pauta comercial da província da Bahia. Gradualmente a produção de cacau do sul da Bahia passou a gerar a cada colheita mais lucro.<sup>41</sup> Isso contribuiu para o acirramento da disputa entre os senhores, pela mão de obra das famílias escravizadas, libertas e de livres pobres naquela região.

Não obstante, ao analisarmos o Gráfico 3 (p.14) percebemos que o cacau até a década de 1870, teve menor expressão econômica na pauta do Brasil Império se comparado com outros gêneros e produtos de exportação como café, açúcar, algodão e fumo.

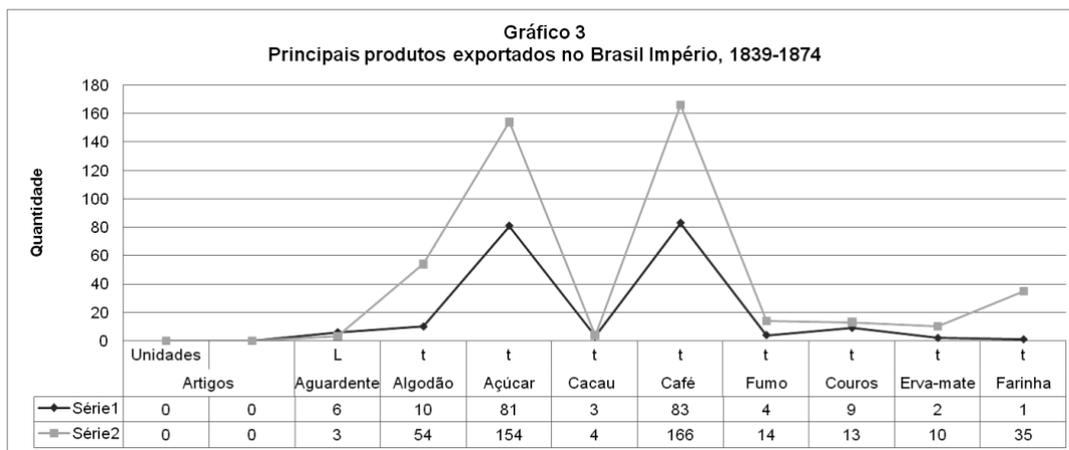
---

<sup>38</sup> A historiadora Mary Ann Mahony propõe que a partir de 1830, a vila de Ilhéus já “podia exportar” 26 toneladas de cacau para Salvador, MAHONY, 2001. p.106.

<sup>39</sup> LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação (mestrado). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2007. p.40-41.

<sup>40</sup> O crescimento econômico simboliza o aumento da potencialidade produtiva da economia, ou seja, da produção de bens e serviços de um país. É definido pelo crescimento anual do Produto Nacional Bruto (somatório das riquezas produzidas – PNB) *per capita* (por indivíduo). Essa noção é aprimorada pelo índice de crescimento da força de trabalho, investimentos e avanço tecnológico. SANDRONI, Paulo (Org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo, Best Seller, 1999, p.141. FONTANA, 2000, p.173-174.

<sup>41</sup> LINS, 2007, p.33-35.



Fonte: Biblioteca Digital do Senado (BS). Império do Brasil na exposição universal em Philadelphia, 1876, p.486. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242450>

Mas, na década de 1870 a divulgação do cacau produzido no Brasil já ganhava espaço no cenário internacional. Isso foi crível a partir da participação e apresentação do cacau do Brasil na Exposição Universal da *Philadelphia* de 1876. Defendiam os representantes agrícolas do Brasil que 1.000 pés de cacau naturalmente geravam de 617 a 754 Kg de amêndoas. E que cada árvore do “fruto de ouro” teria em média uma vida útil de 70 a 80 anos. O discurso na época de divulgação e expansão do plantio do cacau sugeria que essa era uma lavoura que exigia “poucos trabalhadores para tal tarefa”. Sendo que apenas 1 lavrador daria conta de 1.000 pés de cacau e daqueles pés lucraria uma média de 500.000\$ por colheita.<sup>42</sup>

Na década de 1870, o cacau já fazia parte de um discurso comercial e político bem articulado e começava a ser bem aproveitado pela indústria da época. Para além do comércio das amêndoas para fabricação de chocolate, do fruto eram produzidas manteigas chamadas de “banha de cacau”, além de óleos medicinais. Utilizava-se a casca do cacau para a produção de sabão, considerado naquele período como de alta qualidade. E com a polpa da fruta eram preparadas bebidas refrigerantes e aguardente com um aroma extraordinário.<sup>43</sup>

Naquele tempo, sugeria-se plantar os pés de cacau numa distância considerável, uns dos outros e depois que eles estivessem maiores nesses intervalos cultivarem café, que serviria de proteção contra os ardores do sol. Talvez essa seja uma hipótese plausível para a região de

<sup>42</sup> Fonte: Império do Brasil na exposição universal em Philadelphia, 1876, p.479. Sobre a cronologia do cacau no Sul da Bahia ver ROCHA, 2008, p.38-39.

<sup>43</sup> Idem.

Ilhéus, pois essas duas lavouras (cacau e café) concorreram lado a lado no século XIX, em termos de investimento.<sup>44</sup>

Essa possibilidade foi descrita na biografia de Ferdinand Steiger. A biografia foi escrita por Albert Steiger irmão de Ferdinand, por volta de 1893.<sup>45</sup> Argumentava Albert que a principal lavoura da sesmaria Vitória “era café”. Mas, infelizmente a região de Ilhéus era quente demais para o cultivo dessa lavoura apresentando uma média de “15 graus de latitude sul”. Consoante Albert Steiger, o café demandava muita mão de obra, para o serviço da poda e na eliminação das ervas daninhas. Além de apresentar “fermentação complicada e um árduo trabalho de “separação” na colheita.

Mesmo assim, o café com a marca Steiger era famoso em Bordeaux e só era “vendido” quando já estava “alguns anos mais velho”, o que deveria ser fundamental para elevação do padrão de qualidade.<sup>46</sup> Porém, o lucro era pequeno, especialmente depois do cultivo e crescimento da lavoura do café no sul do Brasil, “pressionando fortemente os preços”.<sup>47</sup>

Ferdinand Steiger então teria modificado sua estratégia tentando o “cultivo impulsionado de café”. Esse tipo de plantio era realizado de forma bem descuidada e sem ser “aparada”, deixando que a “grande superfície” gerasse grandes rendimentos no “total”. Esse estilo plantio, não “agradou Ferdinand porque os cafezais apesar de produzirem no 3º ano, já não produziam safras para colheita no “oitavo”, deixando o solo desgastado e tomado pelo matagal. Constatou Steiger que essa técnica era inútil. Diante daquelas circunstâncias ele provavelmente retomou o plantio de coivara, ou seja, queimadas e derrubadas de novas “áreas florestais” para o plantio de grandes cafezais.<sup>48</sup>

---

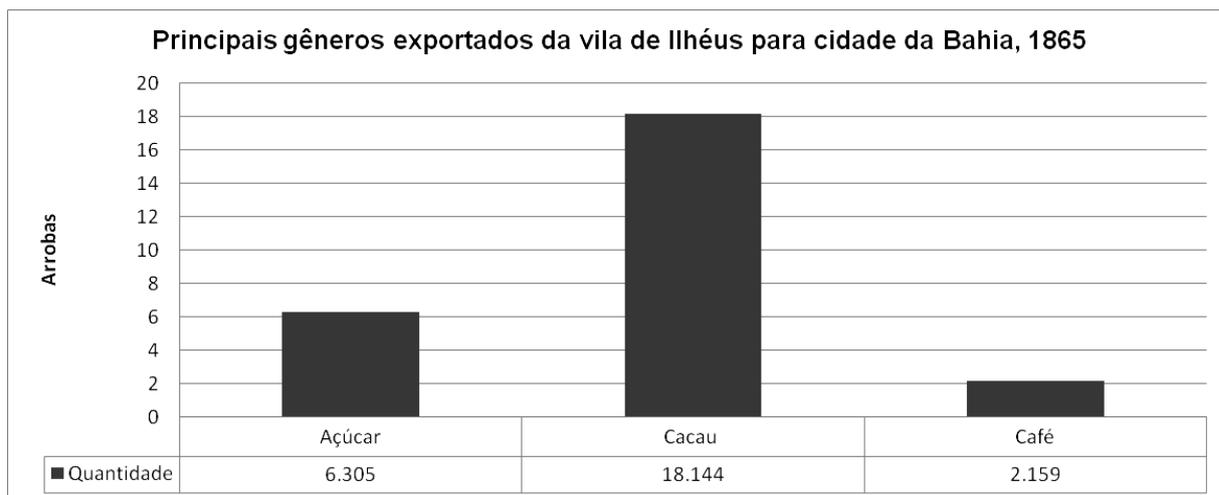
<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Agradeço à Ayalla Oliveira Silva e André Paiva de Figueiredo pela indicação e compartilhamento de documentos pessoais referentes a Ferdinand Steiger e a *plantation* Victoria. Disponíveis em: <http://ferdinandvsteiger.blogspot.com/2016/08/blog-post>

<sup>46</sup> Ferdinand Steiger também tentou investir no plantio de algodão. Mesmo tendo perdido as duas primeiras safras devido “as pragas” que acometeram o plantio. Em seguida vieram “os bons rendimentos”. Ele também plantava cana de açúcar para fabricação de “rum”, ou seja, cachaça. Fonte: Biografia de Fernando Steiger redigida pelo seu irmão Albert, traduzida em português por André Paiva de Figueiredo (descendente de uma bisneta de Steiger). Segunda-feira, Agosto, 2016, p.19-20.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Idem.



Fonte: Center for Research Libraries – Global Resources Network. Provincial Presidential Reports. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Bahia pelo excellentissimo presidente da província, o commendador Manoel de Pinto de Souza Dantas no dia 1 de março de 1866, Anexos n.08, p.01. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acessado: 10/05/2019.

Mas, só o cacau devido a uma série de fatores dentre eles climáticos teve destaque socioeconômico e cultural, tornando-se a principal lavoura da região, entre o final do século XIX e início do XX.

Ferdinand von Steiger também investiu na lavoura do cacau. Segundo Albert, esse plantio foi a “grande inovação” agrícola realizada por seu irmão. Entretanto, reclamava Ferdinand que o cacau só produziria “após quinze ou vinte anos”, demorando um tempo “incalculável” para as “pessoas” de Ilhéus que “vivem depressa”. Provavelmente, após esse tempo de espera vieram às colheitas argumentava Steiger “não custam trabalho nenhum” era só “juntar” e “ensacar” para a venda. Para ele o cacau não exigiria nenhum tipo de manutenção. Por que não cresceria no seu entorno “ervas daninhas” sob suas “sombras espessas”, ao contrário do café que estava sempre “cercado delas”.

No discurso biográfico de Albert Steiger, a lavoura do cacau não demandava “nem um décimo da mão de obra das outras culturas”. E que o cacau teria sido “o salva-vidas” de sua família nos “maus tempos de transição” da “emancipação” dos cativos. Essa lavoura teria ajudado a sua família “até virem tempos melhores”. Albert enfatiza que dos 131 escravos só “restaram uma dúzia de trabalhadores “bem caros” na sesmaria “Victoria”.<sup>49</sup>

Consoante Lurdes Bertol Rocha, o cacau sempre possuiu uma ecologia vegetal refinada, se adaptando apenas em áreas de grande umidade, tanto de ar quanto de solo. E prezava pelo

<sup>49</sup> Idem, p.20-21.

sombreamento da floresta. Essas eram pré-condições para a vida saudável das roças de cacau e uma boa produção; apresentando temperaturas médias anuais entre 25°C e 27°C, não suportando temperaturas inferiores a 15°C.<sup>50</sup>

A boa ou má safra sempre dependia dessas variantes. E sempre foi por isso que com nervosismo e ansiedade as gentes de Ilhéus sempre esperavam que a chuva e o solo ocorressem de forma harmônica. O objetivo dessa expectativa era manter a umidade e o fortalecimento da safra. Essa experiência sobre o cacau e suas melhores formas de produção foi amparada por diferentes discursos do período colonial até o começo da República.

Mas, não podemos ofuscar que o cacau no decorrer do século XIX, principalmente nas últimas décadas da escravidão, foi ganhando relevância e saberes próprios vinculados a observação e o manejo. Transformando-se, sobretudo, em uma forma “certa” de gerar lucro, sugerindo os caminhos e descaminhos da liberdade das famílias escravas. Essas foram, em parte, as experiências das famílias escravas de Ilhéus que no século XIX que tiveram seus projetos de vida diretamente conectados ao “fruto de ouro”. Por que as famílias escravas também pagaram suas alforrias através de pecúlio adquirido por meio da lavoura de cacau. Algumas famílias escravas detinham cacauzeiros (próprios) dentro das fazendas dos seus senhores, ou seja, os subalternos estavam participando ativamente da principal atividade econômica de Ilhéus no final do século XIX.<sup>51</sup> Momento de consolidação da lavoura cacauzeira.

### **3. COSTUME, TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS E MORADIA**

Mas, apresentar um panorama do município de Ilhéus no século XIX é, sobretudo, ponderar sobre as famílias escravizadas que viveram por lá. Identificar suas linhagens e gerações que compartilharam experiências pelas bacias do rio Cachoeira, Almada (Itaípe), do Engenho (rio de Santana), da Lagoa Encantada (Lagoa do Itaípe), reservando-nos um legado particular.<sup>52</sup>

As famílias escravas de São Jorge dos Ilhéus no século XIX eram costumeiramente matrifocais, com fortes tendências para relacionamentos consensuais. As famílias matrifocais eram constituídas por mães escravas solteiras que concomitantemente estendiam sua rotina

---

<sup>50</sup> ROCHA, 2008, p.13.

<sup>51</sup> APB. Livro de Notas do Tabelionato da vila de São Jorge dos Ilhéus (1806-1887). Cartas de liberdade. Seção Judiciária, Cópia de microfilmes digitalizados, CEDOC, UESC.

<sup>52</sup> Compreenderemos a família escrava a partir das concepções de Robert Slenes, por considerar que as famílias escravas (alforriadas e livres) na região de Ilhéus estiveram alicerçadas em redes de solidariedade. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p.56-58

entre suas ocupações e na criação dos filhos. As uniões cativas consensuais eram fundadas mediante o consentimento recíproco dos parceiros, da comunidade escrava e até mesmo do segmento senhorial. Mas, não eram reconhecidas nem pela Igreja nem pelas leis oficiais, mas eram dotadas de uma legitimidade costumeira.<sup>53</sup>

Em Ilhéus ao longo do século XIX essas formas de família matrifocal e consensual foram englobadas em uma perspectiva polissêmica. A chamada família intergeracional. Essa perspectiva familiar encobria os padrões anteriores porque estava entrelaçada numa teia social extensa. Essa teia familiar era estabelecida pelo parentesco consanguíneo e ritualístico, especialmente o compadrio e experiências religiosas de matrizes africanas magos, congo, angola e crioula. Essas conexões familiares envolviam escravos, libertos e livres pobres. De modo que todas essas interações configuraram as comunidades subalternas de Ilhéus, especialmente a partir da segunda metade do século XIX.<sup>54</sup> Isso inclui sugerimos articulações entre famílias escravas e outros subalternos que viviam nas margens dos rios Almada, do Engenho e Cachoeira.

Para compreensão dos padrões dessas famílias escravas na vila de Ilhéus, selecionamos uma amostra da escravaria do senhor Egídio Luis de Sá proprietário do engenho Esperança que se localizava na bacia do rio Cachoeira a 1 légua da vila de Ilhéus. Escolhemos Egídio de Sá por ele representar o perfil dos senhores com uma grande escravaria no século XIX. Foram descritos no seu inventário *post-mortem*<sup>71</sup> escravos. Dentre esses 19 homens, 41 mulheres, 10 crianças, 08 ingênuos e 01 idoso.

Analisando os dados coletados desse inventário percebemos um alto índice de filhos de escravas, nascidos escravos ou ingênuos. Identificamos no total 20 famílias matrifocais e somente 1 nuclear no engenho Esperança. As famílias matrifocais foram predominantes, pois apresentaram 27 filhos escravos “crias” e 13 ingênuos, resultando em um total de 40 filhos. E a família nuclear apresentou apenas 1 filha escrava em toda amostragem selecionada (Tabela1, p.19).

Analisando a Tabela 1 percebemos que os grandes senhores de Ilhéus passaram ao longo do século XIX, principalmente na segunda metade a investir em escravas e crianças para ampliação da mão de obra de suas escravarias. De modo que gradualmente abandonaram a

---

<sup>53</sup> POPINIGIS, 2013, p.122.

<sup>54</sup> FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. São Paulo: Alameda, 2014, p.165.

tendência vigente na primeira metade do século XIX que era de escravos adultos do sexo masculino. Isso potencializou a formação de grandes escravarias e, por conseguinte da família escrava intergeracional. Ocorrendo o amadurecimento das lutas em favor da liberdade devido à formação de uma consciência da comunidade subalterna atrelado ao grande número de forros e livres de cor que passaram a compor aquela sociedade nas décadas finais da escravidão.

**Tabela 1 - Perfil das famílias escravas dos grandes senhores de Ilhéus, século XIX**

Ano do Inventário	Senhor/Dona	Homens	Mulheres	Crianças	Ilegível	Ingênuos	Idosos	SubTotal	Total
1847	Maria Joaquina Jorge Arouca	10	1	1				12	12
1838	Guilherme Frederico Sá	8	1					9	9
1881	Egídio Luis de Sá	19	41	10		8	1	79	79
1861	Cristiano Alexandre Homem de El Rei e Manuel Ascêncio Homem d'el Rei	17	16	14			5	52	52
1877	José Pascoal Gonçalves de Paiva	9	11	3			1	24	24
1879	Cristiano Manuel de Sá	11	16	6		4	3	40	40
Não informado	Pedro Antonio Cerqueira Lima	18	8	1	1			28	35
1887	Ferdinand von Steiger	30	41	56	1	54	3	185	185
1878	Manuel Pereira Gallo e Fortunato Pereira Gallo	8	4			1		13	60
	<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>139</b>	<b>91</b>	<b>2</b>	<b>67</b>	<b>13</b>	<b>442</b>	<b>496</b>

Fontes: APB. Seção Judiciário Inventários *post-mortem* dos senhores de Ilhéus, no século XIX. Banco de dados CEDO/UESC;

Fundo Tesouraria: Livro n. (7008) "Classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação, 1874-1886". D. 01-25;

Cúria Diocesana de Ilhéus (CDI). Registro dos Nascimentos dos filhos d'escravos que tiverem ocorrido de 28 de setembro de 1871, em diante, conforme a lei 2040 daquela data (1875-1887).

Ao examinarmos o perfil da escravaria dos senhores Guilherme Sá e Maria Joaquina Arouca, selecionados como da primeira metade do século XIX percebemos que esses tinham poucos cativos. Isso se comparados com os demais senhores inventariados na segunda metade do século XIX. Tanto Guilherme Sá, quanto dona Maria Arouca, ambos representavam o antigo perfil médio do grande senhor de escravos da vila de Ilhéus entre o final do século XVIII e início do século XIX. Nessa época a única exceção era o engenho de Santana que teve uma escravaria de 260 a 183 escravos.<sup>55</sup>

O outro ponto é que esses dois senhores investiram maior peso em uma escravaria do sexo masculino, pensando na força da mão de obra. Enquadrados na política senhorial "conservadora" da primeira metade do século XIX. Contexto em que o tráfico transatlântico de escravos reabastecia o mercado de Salvador constantemente. Esse cenário só mudou a partir de 1850 devido ao fim tráfico transatlântico.<sup>56</sup>

Entretanto, Marcelo Henrique Dias ressalta que durante o período colonial a capitania de Ilhéus atendeu a funções produtivas específicas. Essa capitania abasteceu Salvador e o

<sup>55</sup> MARCIS, Teresinha. *Viagem ao Engenho de Santana*. Ilhéus-BA: Editus, 2000, p.72-73.

<sup>56</sup> SANTOS, Flávio Gonçalves. O movimento portuário de Salvador e as relações comerciais de objetos litúrgicos afro-brasileiros na segunda metade do século XIX. In: Idem (Org.). *Portos e cidades: movimentos portuários, atlântico e diáspora africana: Ilhéus*: Editus, 2011, p.182-183; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas-SP: UNICAMP, 2000, p.217-130.

Recôncavo baiano servindo como área especializada na produção de víveres e atuando nas atividades extrativistas, principalmente madeiras de lei. Com isso a capitania de Ilhéus teria formado pequenas unidades escravistas com uma média de 1 a 6 cativos. Essa tendência escravista durou até o início do século XIX. Por que na vila de Ilhéus poucos senhores tiveram acesso a mais de 10 escravos na primeira metade do século XIX.<sup>57</sup>

Dias ainda enfatiza que devido às condições socioambientais da vila de Ilhéus os escravos e libertos tiveram maiores possibilidades de criarem laços afetivos. Por que a maioria dos senhores coadunava com esses arranjos para legitimarem os modos de dominação escravista naquela região. Isso era permitido porque os escravos poderiam fugir para matas, formarem quilombos ou tornarem-se coiteiros conseguindo refúgio e trabalho em outras roças como meeiros. Sendo a vila de Ilhéus constituída por senhores com poucos recursos, eles negociavam a permanência dos seus escravos nas roças por meio de espaços econômicos como a brecha camponesa. Consoante o autor, essa negociação ajudava os escravos a permanecerem nas roças e fazendas com daquela região fornecendo autonomia e estabilidade.<sup>58</sup>

Não obstante, na primeira metade do século XIX outros senhores, especialmente Egídio de Sá e Ferdinand Steiger que apostaram em outra política senhorial. Todavia, só dispomos de informações sobre uma amostragem da escravaria desses senhores na segunda metade do século XIX.

Devemos ressaltar que a Tabela 1 (p.19) foi elaborada através do entrecruzamento dos inventários *post-mortem*, Livro da Junta Classificatória do Fundo de Emancipação de Ilhéus e do Registro dos ingênuos.<sup>59</sup> Portanto, apenas por meio dos dados computados da Junta Classificatória do Fundo de Emancipação de Ilhéus de 1874-1886, não poderíamos ter noções mais consideráveis sobre a condição dos escravos. Não teríamos nenhuma noção crível do seu perfil ocupacional e quais eram suas possíveis composições.

Entretanto, se só observássemos os inventários *post-mortem* não encontraríamos sequer 1 escravo, ou um mínimo “sinal fugidiu” das famílias de escravizados que estiveram no século

---

<sup>57</sup> DIAS, 2007, p.85-91.

<sup>58</sup> Idem, p.77-81.

<sup>59</sup> Agradeço a gentileza de José Pereira de Santana Neto por compartilhar as imagens do Livro de Atas da Junta Classificatória de Ilhéus do Arquivo Público da Bahia (APB – fontes fotografadas). Para leituras consistentes sobre o assunto ver SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. Estudos econômicos. 1983, São Paulo, v.13, p.117-149. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888. Campinas, SP, 2007. p.262-270; NETO, José Pereira de Santana. Sociedade, indenização e liberdade precária: os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2018.p.18-19.

XIX sob o domínio de alguns senhores como: Ferdinand Steiger, Fortunato Pereira Gallo e Pedro Antonio Cerqueira Lima. Vemos assim, a necessidade de um repertório coerente de fontes para termos uma sequência proveitosa nessa investigação histórica.<sup>60</sup>

Os inventários *post-mortem* de Ilhéus nos ajudaram a pensar o perfil da escravaria desses senhores, principalmente de Egídio de Sá Steiger, ou ter uma noção mais afinada com aquela realidade histórica de Ilhéus. Por que apontaram tendências sobre a composição escrava da vila de Ilhéus e suas freguesias. Com isso, chegamos a ter um vislumbre do que pode ter sido a estrutura da escravaria desses senhores em suas mais importantes variáveis.

Grosso modo, as escravarias de Egídio e Ferdinand apresentaram uma predominância de escravas com grande número de filhos escravos e ingênuos. Isso foi resultado de uma política de produção conjunta dessas escravarias. Por que essas grandes fazendas Esperança pertencente a Egídio e a Vitória propriedade de Steiger eram “vizinhas”. Não ultrapassando mais que 03 léguas uma da outra.<sup>61</sup>

Esses senhores eram parentes. Ferdinand casou-se com Amélia de Sá filha de Egídio e compartilhavam dessa mesma política de interações familiares entre os escravos de suas fazendas. Esses arranjos familiares e de compadrio eram estimulados ainda através da política de alforrias e acesso a terra dentro das propriedades senhoriais. Com essas medidas Egídio e Steiger, juntos, conseguiram ampliar os laços paternalistas com um maior número de escravos, ingênuos, libertos e livres pobres.<sup>62</sup>

Porém, foi essa mesma política senhorial que contribuiu para ampliação das redes de parentesco, juntando duas matrizes de escravarias – relativamente distintas – que ao longo do século XIX minaram a força da escravidão nas bacias dos rios Cachoeira e rio do Engenho.<sup>63</sup> O que resultou no rompimento deliberado do paternalismo pelos escravos – especialmente a partir de 1871 – acionando o alerta junto com a velhice e morte de ambos senhores antes do fim da escravidão.<sup>64</sup> Portanto, foram os escravos que solaparam com a relação da escravidão, provocando o desmantelamento da sua legitimidade. Devido o enfraquecimento da política de alforrias que resultou na segunda metade do século XIX em um número cada vez maior de

---

<sup>60</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO; Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand BRASIL, 1989. p.171-174.

<sup>61</sup> Fonte: APB. Seção colonial e provincial nº 632. Matrícula dos Engenhos desta Capitania pelos Dizimos Reaes administrados pela Junta da Real Fazenda de Julho de 1807, d.02-11.

<sup>62</sup> GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.22-25.

<sup>63</sup> DIAS, 2007, p.363.

<sup>64</sup> Egídio de Sá faleceu no ano de 1880 e Fernand von Steiger sete anos depois.

libertos e livres de cor em relação aos grupos escravos. Fomentando impulsos de liberdade por diversas vias como: o Fundo de Emancipação de escravos, alforrias cartoriais, fugas e ações de liberdade.

Consoante, Isabel C. F. dos Reis o Fundo de Emancipação foi utilizado pelos escravos como mais um caminho possível para compra da liberdade. Esse recurso foi utilizado por senhores, escravos e autoridades públicas com finalidades distintas. A autora enfatiza as negligências intencionais dos senhores nas declarações das matrículas de escravos nas duas décadas finais da escravidão no Brasil. Coloca em detalhes como os senhores e autoridades tentaram manipular a legislação de acordo com o interesse de persistência da escravidão, reproduzindo laços de dependência. Mas, também apresenta estratégias de escravos que acionavam a justiça para conseguirem e provarem a liberdade de seus parentes e das suas condições jurídicas e eclesiásticas.<sup>65</sup>

Entretanto, para o caso de Ilhéus ainda não estamos convencidos de que os escravos e libertos perpetuaram os laços paternalistas com seus senhores como sugere Reis ao apresentar um panorama da província da Bahia no fim da escravidão. Ainda estamos investigando esse processo para Ilhéus, mas tendemos argumentar que as famílias libertas romperam com alguns de seus antigos senhores como Ferdinand Steiger, devido à sobreexploração e as disputas envolvendo a criação dos filhos antes da Abolição.

Mas, mesmo chegando ao fim a escravidão a condução hierárquica naturalmente desigual daquela sociedade seria reforçada pela cor como recurso da diferença entre brancos, índios, mestiços e negros. Com isso, as novas condições de dependência e exclusão social seriam afloradas e reconfiguradas pelas diferenças de pigmentação da pele entre ex-escravos, livres pobres e senhores.

Entretanto, enquanto durou a política de alianças entre Steiger e Egídio na segunda metade do século XIX, esses senhores criaram uma oportunidade organizada de “controle” da mão de obra liberta na bacia do rio Cachoeira. Esse acirramento da disputa pela mão de obra escrava e liberta foi um grande ponto de tensão entre os grandes senhores de Ilhéus. Pois, todos eles “apostaram” cada um ao seu modo, manter um mínimo de mulheres escravas nas suas escravarias, para contrabalancear os impactos do fim do tráfico transatlântico (Tabela 1, p.19).

---

<sup>65</sup> REIS, 2007, p.185-209.

Essa tensão envolvendo modos de dominação sobre a mão de obra entre os senhores de Ilhéus ampliou-se ainda mais depois das constantes interferências do Estado Imperial na política privada senhorial. A partir da Lei do Ventre Livre a administração dos escravos se desconfigurou de vez, tanto pelo esgotamento do Estado Imperial, quanto pela agonia senhorial da possibilidade da perda de suas “propriedades”. Esses fatores desmascaram a decadência do paternalismo culminando na ilegitimidade da escravidão, ou seja, na Abolição.<sup>66</sup>

**Tabela 2 - Perfil da escravaria de Fernando Steiger, sesmaria Vitória 1874-1887**

Homens	Mulheres	Crianças escravas	Idosos	Ingênuos	Ilegíveis	Total
30	41	56	3	54	1	185
16,22%	22,2 %	30,27%	1,62%	29,2%	0,54%	100

Fontes: APB. Seção Judiciário Inventários *post-mortem* dos senhores de Ilhéus, no século XIX. Banco de dados CEDO/UESC; Fundo Tesouraria: Livro n. (7008) "Classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação, 1874-1886". D. 01-25; Cúria Diocesana de Ilhéus (CDI). Registro dos Nascimentos dos filhos d'escravos que tiverem ocorrido de 28 de setembro de 1871, em diante, conforme a lei 2040 d'aquella data (1875-1887).

Na análise da Tabela 2 notamos o impacto da reprodução natural na escravaria de Steiger. Essa foi a principal estratégia para crescimento da sua posse, através do grande número de crianças (45%) crioulas (1 a 14 anos) e ingênuas que a partir dos 08 anos de idade já deveriam trabalhar nas roças de cacau e atividades domésticas.<sup>67</sup> O conhecimento desse alto número de crianças cativas e ingênuas entre idades variantes contribuiu para o desenvolvimento da lavoura do cacau, nas últimas décadas da escravidão na vila de Ilhéus.<sup>68</sup>

A família Steiger utilizou dessa tática de manutenção e ampliação de suas posses no auge da disputa por mão de obra cativa e liberta para o trabalho nas lavouras da sesmaria Vitória. Especialmente na cultura do cacau. Essa foi a estratégia que os Steiger recorreram para compensar o alto índice de “libertandos” adultos com uma média de idade de 32 anos que faziam parte da escravaria e provavelmente já não conseguia exercer suas ocupações de maneira “satisfatória” de acordo com as intenções dos Steiger. Os idosos foram poucos representando apenas 3% do percentual total. Esses escravos idosos da década de 1870 devem ter tido o auge de suas forças produtivas na década de 1850 a 1860 quando atingiram a idade adulta. Mas, devido a exploração nas ocupações de lavoura esses escravos envelheceram rapidamente em três décadas.

<sup>66</sup> POPINIGIS, 2013, p.126.

<sup>67</sup> FREIRE, 2014, p141-144.

<sup>68</sup> APB. Processo-crime de 07.06.1887. Est.05, cx.182, doc.15, f.43.

Grosso modo, as crianças cativas deveriam também ajudar os homens nos serviços do dia a dia. Isso também porque os homens eram minoria naquela propriedade na década de 1870. Em parte, dessa forma era retransmitida a experiência no trato das roças de cacau e demais ocupações e ofícios em que as famílias escravas da Vitória trabalhavam.

Não podemos esquecer a importância que as mulheres escravas e libertas tinham naquela sesmária. Elas eram grandes negociadoras nos processos envolvendo a compra de alforrias. As famílias escravas da Vitória se organizavam com o objetivo principal em conseguir libertar seus filhos do cativo e de ter acesso a uma terra própria dentro daquela sesmária.<sup>69</sup> Apontamos que o grande número de crianças que fortaleceram a senzala da Vitória foi um fator decisivo para que suas famílias comprassem um grande número de alforrias. Em suma, a senzala da Vitória foi organizada buscando sempre a liberdade de seus membros.

### 3.1 DE SENZALAS A LARES

As senzalas de grandes escravarias de Ilhéus no século XIX tinham arquiteturas de dois tipos: as senzalas-pavilhão e senzalas-choupanas. O primeiro modelo foi raro utilizado apenas na sesmária Vitória por Ferdinand Steiger. O segundo foi o predominante, sendo utilizado na propriedade de Fortunato Pereira Gallo, dos irmãos Christiano Alexandre Homem d'El Rei e Manoel Ascêncio Homem d'El Rei e de Pedro Antonio Cerqueira Lima, por exemplo.<sup>70</sup>

As senzalas-pavilhão geralmente atendiam um padrão específico. Eram formadas por pavilhões compridos, com uma varanda e com quartos de 3 a 4 metros de largura e de 6 a 7 metros de profundidade. Na parede dos fundos encontravam-se as janelas atravessadas por barras verticais de madeira quadrada, colocadas bem juntas.<sup>71</sup>

[...] as senzalas essas deveriam ser levantadas do chão e conservadas com muito asseio, tendo cada cativo seu girau com esteiras e cobertores; todos os domingos, ocorreria uma inspeção rigorosa do estado das senzalas e vestimentas da escravaria.<sup>72</sup>

Essa descrição de senzala-pavilhão está alinhada com a apontada por Maximiliano de Habsburgo quando visitou a sesmária Vitória em 1860. Consoante Habsburgo, a senzala da sesmária Victoria ficava no lado esquerdo de um pequeno vale, numa parte alta. Eram as

---

<sup>69</sup> RODRIGUES, Roberto Carlos. Banco da Vitória – A história Esquecida das Margens Vitoriosas do Rio Cachoeira. 2 ed. Itabuna-BA: Mondrongo, 2017. p.59-63.

<sup>70</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Maria José Leola d'El Rei e Carolina Leola d'El Rei, 1861. Est.02, cx.786, maço 1253, doc.06, auto com 200 f, f.33.

<sup>71</sup> SLENES, 2011, p.159.

<sup>72</sup> MARQUESE, 2004, p.274.

instalações divididas em pequenas celas, sendo uma para cada núcleo familiar, com janelas e portas de frente para casa-grande e com o fundo fechado para “dificultar a fuga dos escravos”.<sup>73</sup>

Segundo Rafael Bivar Marquese, esse tipo de senzala deveria ser construída em linha reta, em local enxuto e limpo, com quartos de 24 palmos quadrados e com uma varanda de oito palmos de largura, cada cubículo deveria acomodar em média 04 escravos solteiros e, no caso dos casados, suas respectivas famílias. As portas dos cubículos ficavam voltadas para o pátio da fazenda em torno do terreiro. Todas ficavam de frente para casa-grande. Assim, os escravos permaneceriam sempre sob a vista de senhor.<sup>74</sup>

Nesse tipo de senzala os escravos casados, por vezes, também poderiam morar em choupanas ou casebres separados, diferenciando-se dos cativos solteiros.<sup>75</sup> Isso resultava em ganho de espaço e privacidade para junto com seu cônjuge elaborar seus projetos de vida.

Em **Segredos internos** Stuart Schwartz apresenta indícios desse tipo de moradia escrava ao tratar da estrutura familiar no engenho de Santana de Ilhéus entre 1731 e 1752. O autor demonstra os grupos residenciais dos escravos do Santana, enfatizando as diferentes formas de unidades familiares, com número variado de pessoas em cada uma delas. Portanto, as famílias escravas do engenho de Santana em meados do século XVIII formavam grupos residenciais e familiares específicos. Muitas vezes ambos os pais estavam sempre presentes, sendo essa a forma mais costumeira de organização da vida familiar dos escravos daquele engenho.<sup>76</sup> Isso reafirma o costume das famílias escravas de Ilhéus construírem suas choupanas para melhor morar e viver.

As senzalas-choupanas geralmente ficavam localizadas paralelamente entre a altura da casa-grande formando um pátio ou uma pequena rua. Eram feitas de pau a pique com paredes de taipa e cobertas por feixes de palha.<sup>77</sup> Por exemplo, na fazenda Castelo Novo pertencente

---

<sup>73</sup> HABSBURGO, 2010, p.100-106.

<sup>74</sup> MARQUESE, Rafael Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c.1830-1860. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.13. n.2, p.173, jul-dez.2005.

<sup>75</sup> Consoante Roberto Carlos Rodrigues, a sesmaria Victória possuía um grande número de escravos africanos e uma “cafua” (morada de escravos) num dos seus montes, nas proximidades de um local chamado Bambuzal da represa. Provavelmente nessas redondezas existia um antigo cemitério dos escravos daquela sesmaria. Esse local pode ser indicado por “Seu Veio Cotó” um antigo trabalhador da sesmaria e o marceneiro Ezequiel morador da localidade. RODRIGUES, 2017, p.59; SLENES, 2011, p.161-166.

<sup>76</sup> SCHWARTZ, 2011, p.322-328

<sup>77</sup> Idem, p.168.

aos irmãos d'El Rei existia 15 senzalas desse tipo em que viviam 52 escravos. Possivelmente cada “senzala” deveria compor uma unidade familiar.<sup>78</sup>

Ao que sugerem as fontes, no engenho Almada pertencente a Pedro Antonio Cequeira Lima coexistiam várias senzalas.<sup>79</sup> Provavelmente eram choupanas também feitas de taipa com cobertura de palha. Portanto, não podemos desconsiderar a autonomia dos escravos nessas condições de existência e o fortalecimento de seus laços parentais. Esses indícios trazem informações sobre o cotidiano das famílias escravas, ora matrifocais, ora co-chefiadas por homens e mulheres simultaneamente em cada choupana.

Isso reforça a possibilidade de formação de pequenos e médios núcleos familiares com várias gerações que compartilhavam experiências de vida em cada propriedade. Grupos familiares que interagiam com outras fazendas vizinhas, tanto na bacia do rio Almada quanto do rio Cachoeira e Engenho forjando assim comunidades.

### 3.2 UMA SITUAÇÃO INDICIÁRIA: COMPADRIO UM RITUAL DE SENHORES E SUBALTERNOS?

As famílias escravas de Ilhéus não eram apenas famílias matrifocais, mas, sobretudo consensuais. Porque entre os senhores de grandes fazendas de escravos de Ilhéus foi costumeira a circulação de escravos e forros, livres pobres entre as fazendas.

Os escravos e libertos coabitavam, por vezes, fazendas próximas, ou seja, percorriam uma rotina de trajetos, encontrando outros cativos, forros e livres moradores da mesma localidade. Os pais escravos e libertos viam seus filhos todos os dias. Essa mesma flutuação fazia parte da rotina de trabalho e era reconhecida pelos senhores da região. As famílias escravas dos Sá e de outros aliados, se visitavam todos os dias em áreas próximas ou aos domingos e dias de “folga” nas áreas mais distantes. Essas redes de sociabilidade se alargaram entre as bacias dos rios Cachoeira, Almada e do Engenho.

Isso ocorreu no engenho Esperança de Egídio de Sá e a sesmaria Vitória pertencente a Steiger.<sup>80</sup> Alguns anos após sua chegada a Ilhéus Ferdinand entrou para o clã Sá. Não demorou

---

<sup>78</sup> APB. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Maria José Leola d'El Rei e Carolina Leola d'El Rei, 1861. Est.02, cx.786, maço 1253, doc. 06, auto com 200 f, f.33.

<sup>79</sup> MAHONY, 1996, p.298-299.

<sup>80</sup> A fazenda Vitória existe até hoje, localizada na BR-415 entre as cidades de Ilhéus-Itabuna, nas proximidades do bairro Banco da Vitória pertencente ao município de Ilhéus. RIBEIRO, André Luiz Rosa. *In memoriam*: urbanismo, literatura e morte. Ilhéus, BA: Editus, 2017. Fonte: Biografia de Fernando Steiger redigida

muito para esses “novos parentes” fomentarem interações familiares entre suas escravarias. Criando assim, oportunidades para que ocorressem relações “consensuais” e de compadrio entre as famílias escravas e libertas das duas fazendas na segunda metade do século XIX.<sup>81</sup>

Por isso, utilizaremos o caso de Germana, escrava de Fernando Steiger, como um fio de acesso as relações de compadrio dos escravos de Steiger com outros subalternos. Demonstrando que havia naquela região comunidades escravas e livres pobres muito bem articuladas. Organizadas por teias de experiências compartilhadas e espaços de coexistências entre as fazendas adjacentes e, até mesmo um pouco mais distantes.<sup>82</sup>

Ao investigarmos os registros de batismo da vila de Ilhéus no século XIX – nos perdendo em folhas desgastadas, envelhecidas pela ação do tempo –, identificamos alguns episódios de compadrio envolvendo escravos da sesmaria Vitória e de fazendas circunvizinhas.<sup>83</sup>

Consoante Solange P. Rocha, o compadrio visava deliberadamente proteção e status entre escravos, libertos e livres envolvidos nesse ritual. A autora ao investigar o compadrio entre livres e escravos da Zona da Mata paraibana sugeriu que o batismo era o ritual que marcava a inserção das pessoas “na vida religiosa e social”.<sup>84</sup> E que para aquela região foi

---

pelo seu irmão Albert, traduzida em português por André Paiva de Figueiredo (descende de uma bisneta de Steiger). Segunda-feira, Agosto, 2016, Disponível em:

[http://ferdinandvsteiger.blogspot.com.br/2016/08/blog-post\\_1.html](http://ferdinandvsteiger.blogspot.com.br/2016/08/blog-post_1.html)

<sup>81</sup> Egídio Luis de Sá faleceu em 1881, e Steiger foi o inventariante de seus bens. Egídio era genro de Steiger e deixou dentre outros bens uma escravaria 71 escravos. E parte dessa escravaria foi levada da propriedade da fazenda Boa Vista (outra propriedade de Egídio além do engenho Esperança) para a sesmaria Vitória por Steiger. Tal atitude gerou um imbróglio no seio da família Sá, especialmente entre a viúva de Egídio, Paulina Kahene e Fernando Steiger pela posse desses escravos que foram levados por Steiger dando início a um processo na justiça.<sup>81</sup> Dito isso, seriam esse escravos (na concepção) de Steiger dele? De fato, potencialmente teria algo inter-relacionado às relações de compadrio e reprodução dos escravos que poderiam ter envolvido as famílias escravizadas das fazendas (Vitória, Boa Vista e Esperança). APB. Seção Judiciário. Série Inventário: ID: Egídio Luís de Sá. Est.02,cx.759, maço 1225, doc.04,1880-1883; MAHONY, Mary Ann. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. In: *Afro-Ásia*: 25-26, Bahia, p.114, 2001.

<sup>82</sup> GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.1 n°21, p.09-20, set.1990/fev.1991. p.175; Fonte: Secretaria da Catedral de São Sebastião, Ilhéus-BA. Livro de Registro de Batizados da Freguesia de São Jorge dos Ilhéus, Livro n° 2, f.69.

<sup>83</sup> Encontramos primeiramente o fragmento de uma teia de compadrio entre escravos da própria sesmaria Vitória. Referimo-nos aos laços de compadrio de Amélia, escrava de Steiger. No verão de 1858, Brás, filho natural de Amélia foi batizado, tendo como padrinhos Henrique Steiger e Delenis Steiger, ambos, escravos do barão Steiger. Fonte: Secretaria da Catedral de São Sebastião, Ilhéus-BA. Livro de Registro de Batizados da Freguesia de São Jorge dos Ilhéus, Livro n° 2, f.42.

<sup>84</sup> ROCHA, Solange Pereira da. Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e Parentesco espiritual. Tese (doutorado), 424p. Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 2007, p.243.

comum os arranjos de compadrio envolvendo escravos e pessoas e libertas e livres que não fossem seus senhores.<sup>85</sup>

Nesse aspecto parece ter semelhanças com o perfil do compadrio entre os subalternos de Ilhéus no século XIX. Mas, para Ilhéus o compadrio era organizado, principalmente de forma horizontal e não vertical como sugeriu Rocha para a Zona da Mata da Paraíba no século XIX. Por que em Ilhéus a tendência predominante foi redes de compadrio de escravos entre si e não entre cativos e pessoas livres.<sup>86</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes consultadas em sua maioria sugeriram que os escravos e forros de Ilhéus no século XIX tinham autonomia suficiente para estabelecerem relacionamentos abertos entre si e com cativos e libertos de fazendas próximas. E relativamente não tão distantes. Muitos ex-escravos e livres pobres na região de Ilhéus, até depois da Abolição continuavam a utilizar o sobrenome de seus antigos senhores.<sup>87</sup> Mas, essas mesmas pessoas construíram laços familiares e se organizaram em grandes comunidades procurando mediante suas possibilidades novos caminhos para viver.<sup>88</sup>

A família escrava através de muitas gerações reuniu experiências comuns frente às dificuldades do cativo. Isso foi fundamental para a transmissão e reinterpretação da sua própria cultura e das demandas da escravidão e liberdade naquela região. As famílias escravas de Ilhéus por meio de experiências diárias barganharam a carta de liberdade para seus membros até as vésperas da Abolição.<sup>89</sup>

Em Ilhéus, no crepúsculo do século XIX libertos, indígenas, livres pobres e escravizados reservaram parte de seus esforços familiares e financeiros na tentativa de se estabelecer como lavradores de cacau. Nas últimas décadas da escravidão e nos primeiros anos

---

<sup>85</sup> Idem, p.244.

<sup>86</sup> Fonte: Secretaria da Catedral de São Sebastião, Ilhéus-BA. Livro de Registro de Batizados da Freguesia de São Jorge dos Ilhéus, Livro nº 1 e 2.

<sup>87</sup> Fonte: Biografia de Fernando Steiger redigida pelo seu irmão Albert, traduzida em português por André Paiva de Figueiredo (descendente de uma bisneta de Steiger). Segunda-feira, Agosto, 2016, p.21.

<sup>88</sup> Pensaremos o termo “comunidades escravas”, como unidades locais, numa época determinada, compartilhadas por pessoas com arquétipos culturais comuns, mas com identidades diferenciadas como grupo. FÁRIA, Sheila. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. Revista Tempo. Rio de Janeiro, p.145, 2006.

<sup>89</sup> NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Tempo Social (revista de sociologia da USP), v.18, n.1, p.218-220. JUNHO/2006; THOMPSON. Edward Palmer. Cap. 4 Consciência de classe. In: A formação da classe operária inglesa, Volume III “A força dos trabalhadores”. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 362; Idem. Introdução: Costume e Cultura. In: Costumes em comum. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.17-1; HOBBSAWM, ERIC J. A formação da cultura da classe operária britânica. In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.251-254.

da República havia muitas terras devolutas e propriedades privadas ainda sem lavouras. E foi nesse contexto que muitos libertos começaram a derrubar a mata bruta para plantar cacau, tanto em terras de domínio público, quanto particular. Alguns subalternos conseguiram se tornar roceiros porque o Estado não possuía recursos para controlar esse processo de expansão.<sup>90</sup>

As autoridades quase não controlavam os lugares de origem desses grupos, que eram inúmeros. E, em muitos casos, esses subalternos “desbravadores” preferiram camuflar suas origens reiniciando suas vidas em novos lugares.<sup>91</sup>

Não obstante, tentamos acessar as famílias escravas da Ilhéus do século XIX. Procuramos apresentar suas “gentes”, com uma visão sociocultural dos processos simbólicos, baseados nos seus sistemas de regras e convenções.<sup>92</sup> Busquei dar “significados” a família escrava de Ilhéus no século XIX e suas experiências, na compreensão da realidade histórica particular desses grupos naquele contexto.

Caminhamos entre espaços de “opacidade e silêncio”, na tentativa de entender a maneira de viver dessas gentes do Sul da Bahia.<sup>93</sup> Tentamos desviar “do caminho batido”, na tentativa de contemplar pontos de vista incomuns, que podem ser reveladores sobre a vida daquelas famílias escravizadas e seus arrojados projetos de liberdade. Tentamos seguir nas picadas deixadas na mata escura, mas de lua gorda em tom pastel, os rastros daquelas famílias escravas, libertas e livres nas terras do cacau.

---

<sup>90</sup> CRUZ, Ronaldo Lima da. Da escravidão para o trabalho livre: abolição do cativo e o destino dos libertos no sul da Bahia. In: CARVALHO, Murillo Santana de; Sousa, Erahsto Felício de (org.). *Entre o fruto e o ouro: escritos de história social do sul da Bahia*. Ilhéus: Mondrongo, 2014. p.53-55.

<sup>91</sup> MAHONY, 2015, p.303.

<sup>92</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.03-21.

<sup>93</sup> DARTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.13-14.